

## ATA DA REUNIÃO DA 148ª EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PARANAGUÁ, REALIZADA EM SETEMBRO/2022.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas da manhã, em regime remoto (videoconferência), através da plataforma Skype, sob a Presidência do Sr. Diego Delfino (Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA), reuniram-se os conselheiros Larissa Gnata Viana (CAGEPAR), Eloir Martins Júnior (ACIAP), Norliza Carolina Andreoli Lins (SEMSA), Norberto André Neto (SEMUR), Cáio Márcio Pamplona (ICMBIO), Júlio César Palu (Paviservice Ambiental). Da equipe técnica da SEMMA esteve presente o Engenheiro Agrimensor Luiz Affonso da Silveira, encarregado da apresentação do resumo processual a fim de permitir aos conselheiros se manifestarem acerca dos assuntos objeto da pauta da presente Reunião Extraordinária. Em decorrência de problemas técnicos ocorridos da reunião do dia 20 de setembro de 2022, entendeu-se pertinente a reapresentação dos processos que foram deliberados na reunião anterior, são eles: **1. Processo 16498/2021:** Coonagro Cooperativa Nacional Agroindustrial, Solicitação de TAP; **Processo 54384/2019:** Fospar S/A, Solicitação de TAP; e **Processo 38759/2018:** Granelmar Logística e Armazéns Gerais Ltda-ME, Solicitação de TAP; onde os mesmos foram aprovados por unanimidade por todos os conselheiros presentes na reunião ordinária ocorrida no dia 20/09/2022. Além desses 03 processos que já haviam sido objeto de deliberação na reunião anterior, outros pedidos de emissão de Termo de Anuência Prévia foram inseridos na pauta da presente reunião, são eles: **2. Processo 50112/2019:** GHS Armazéns Gerais Ltda, trata-se de requerimento de TAP solicitado pela empresa GHS terraplanagem. Após o término da apresentação do resumo processual, o Sr. Presidente relatou que uma questão importante a ser observada neste pedido está relacionado à eventual presença de um curso d'água que cruzaria o imóvel. Neste contexto, ressalta-se que o Requerente contratou uma empresa de Geologia para elaborar um Laudo Hidrogeológico, estudo técnico esse apresentado à SEMMA, devidamente munido de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), e que atesta que o curso de água em questão não é natural. Tendo em vista a ausência de profissional habilitado no Município com a competência legal de análise do referido estudo, e considerando que o Laudo Hidrogeológico apresentado está acompanhado da respectiva ART, recomenda-se a expedição do Termo de Anuência Prévia com a condicionante expressa de que o órgão ambiental licenciador, o qual possui profissionais de Geologia no seu corpo técnico, avalie tecnicamente o Laudo Hidrogeológico apresentado. Desse modo, a aprovação do estudo técnico apresentado deve ser considerado condição de validade do Termo de Anuência Prévia a ser expedido pela SEMMA. Em seguida, o Sr. Presidente pergunta se há algum questionamento pelos conselheiros, e não havendo nenhuma dúvida o mesmo foi colocado em votação e aprovado por unanimidade por todos os conselheiros presentes. Após, segue-se para o próximo item pautado, **3. Processo 22197/2019:** Porto Guará Infraestrutura SPE/SA, trata-se de Solicitação de TAP. Após o término da apresentação do resumo processual, o conselheiro Cáio Márcio Paim Pamplona (ICMBIO) direcionou algumas perguntas ao Sr. Presidente, questionando se o EIA/RIMA foi aprovado pelo IBAMA e se a área do empreendimento foi declarada como de utilidade pública, ressaltando que sua pergunta é mais a título de curiosidade e não interferência.



O Sr. Presidente declarou que a SEMMA apenas emite um termo de anuência prévia, e que esse documento é exigível no âmbito da Licença Prévia a ser apresentado perante o órgão ambiental licenciador. Em seguida passou a palavra à Sra. Xenia, representante da empresa, que esclareceu as dúvidas do conselheiro Cáio Márcio Paim Pamplona (ICMBIO), informando que o processo de declaração de utilidade pública está em trâmite junto a ANTAQ, e quem irá avaliar é o Ministério da Infraestrutura e o próprio Ibama; já em relação ao EIA/RIMA apresentado pela empresa, a Sra. Xênia informou que o mesmo protocolizado junto ao IBAMA e que atualmente encontra-se sob análise do órgão, e que somente após essa avaliação é que o referido Estudo Ambiental será submetido à Audiência pública. Em seguida, o Sr. Presidente pergunta se há algum questionamento pelos conselheiros, e não havendo nenhuma dúvida o mesmo foi colocado em votação e aprovado por unanimidade por todos conselheiros presentes. Após, segue-se para o próximo item pautado, **4. 41271/2015**: M.M. & N Terminais de Cargas Ltda (Nely Santos Cruz) solicitação de TAP formulada pela empresa M.M & N Terminais de Cargas Ltda, para fins de renovação de Licença de operação. Da leitura do resumo processual a SEMMA entende prudente que, como condição de validade do TAP, seja estabelecida a necessidade de cumprimento integral das obrigações previstas no Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre SEMMA e Marina da Silva Rosina & CIA, bem como seja condicionado no TAP a ser emitido a necessidade do órgão ambiental licenciador verificar a necessidade de imposição de uma eventual compensação ambiental em decorrência da constatação de supressão vegetal ocorrida entre os anos de 2002 e 2012. Em seguida, o Sr. Presidente pergunta se há algum questionamento pelos conselheiros, e não havendo nenhuma dúvida o mesmo foi colocado em votação e aprovado por unanimidade por todos conselheiros presentes. Após, segue-se para o próximo item pautado, **5. Processo 34648/2022** : Semop- Secretária Municipal de Obras Públicas, trata-se de solicitação de TAP, formulada pela Prefeitura Municipal de Paranaquá, através da Secretaria Municipal de Obras Públicas – SEMOP, para realizar obras de pavimentação nas seguintes ruas do Município de Paranaquá : Avenida Atílio Fontana e Estrada Velha de Alexandra. Ao final da apresentação deixou-se claro a necessidade de consignar no conteúdo do Termo de Anuência Prévia a ser emitido que a pavimentação proposta necessita passar pelo crivo do licenciamento ambiental perante o órgão ambiental competente, o qual delimitará medidas e critérios de qualidade ambiental complementares para o empreendimento. Em seguida, o Sr. Presidente pergunta se há algum questionamento pelos conselheiros, e não havendo nenhuma dúvida o mesmo foi colocado em votação e aprovado por unanimidade por todos conselheiros presentes. Após, segue-se para o próximo item pautado, **6. Processos 15254/2019**: Elisiane Silva dos Santos, Recursos Administrativos sobre os Autos de Infração nº 3794 e nº 4164, lavrados em desfavor de Elisiane Silva dos Santos em decorrência da ausência de cautela nos cuidados com o animal. Em seguida, o Sr. Presidente colocou o processo para deliberação pelos conselheiros, que se manifestaram no sentido de manter a multa imputada, **7.Processo 27159/2020**: Helder Vinícius Araújo Bezerra, Recurso Administrativo sobre o Auto de Infração nº 0683, lavrado em seu desfavor em decorrência da destruição de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica sem autorização do órgão ambiental competente. O fiscal ambiental Eduardo José Podolak repassou a situação, declarando que o autuado não chegou a ocupar a área, sendo que a

mesma atualmente se encontra abandonada. Em seguida, o Sr. Presidente colocou o processo para deliberação pelos conselheiros, que se manifestaram no sentido de manter a multa imputada, **8. Assuntos Gerais**, não havendo tópicos a serem abordados e discutidos, o presidente do COMMA, Diego Delfino, encerra a reunião.



Diego Delfino  
Presidente do COMMA